

Flagrantes de racismo: imagens da violência policial e as conexões entre o ativismo no Brasil e nos Estados Unidos¹³⁸

Geísa Mattos

Universidade Federal do Ceará (BRA)

Uma sequência de vídeos mostrando homicídios e violência brutal cometida por policiais nos Estados Unidos, nos quais as vítimas são afrodescendentes, começou a circular na mídia mundial a partir de 2014. Uma das imagens mais divulgadas em todo o mundo através das telas de

¹³⁸Este artigo é um dos resultados da minha pesquisa de pós-doutorado, para a qual contei com bolsa da Fundação CAPES, realizada no Ph.D. Program in Sociology, Graduate Center, City University of New York, de setembro de 2015 a agosto de 2016. Sou grata a Fundação CAPES pelo financiamento que possibilitou esta pesquisa, assim como ao Ph.D. Program in Sociology/City University of New York por todas as facilidades e suportes que tive para realizá-la, e também ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, que me licenciou para esta pesquisa. Agradeço ao meu orientador de pós-doutorado, Professor Phillip Kasinitz, pela inspiração para a discussão sobre “linguagem de raça” neste trabalho. Agradecimentos especiais também pelas contribuições de João Miguel Lima, Tshombe Miles e Ana Ramos-Zayas. Gratidão enorme pela confiança em mim depositada por Priscila Néri, Raull Santiago, Débora Silva, Fransérgio Goulart e Ana Paula Oliveira.

televisão e redes sociais, como *facebook* e *twitter*, foi a cena de um policial atirando, pelas costas, em um homem negro de 50 anos, Walter Scott¹³⁹, que estava desarmado. Em outros vídeos divulgados, as vítimas eram mulheres e adolescentes negras, expostas à humilhação e tortura na abordagem policial, como visto no caso de uma cena em que as vítimas participavam de uma festa em uma piscina pública em McKinney, Texas¹⁴⁰.

Meses antes, em dezembro de 2014, a morte documentada de Eric Garner em Nova York gerou comoção internacional, fazendo crescer o uso do slogan *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam) como uma hashtag¹⁴¹ nas conversas em redes sociais em torno do caso. As últimas palavras de Eric Garner – “I can’t breathe!” (“Eu não consigo respirar”) –, que ele gritava enquanto estava sendo enforcado, tornou-se uma metáfora nos protestos contra a violência que afeta negros em todo o mundo. Esses e outros vídeos levaram milhares de cidadãos nas cidades nos Estados Unidos a protestarem nas ruas em 2014, 2015 e 2016.

No mesmo período, casos de brutalidade policial captados por câmeras apareceram no Brasil. O mais emblemático desses casos ocorreu em 2014: o homicídio de Claudia Ferreira da Silva por policiais militares no Morro da Congonha (Rio de Janeiro), que teve o seu corpo jogado na traseira de uma viatura e arrastado pelas ruas em cena filmada por um

¹³⁹ Uma descrição e análise deste caso e de seus desdobramentos pode ser encontrada no site da ONG Witness (Bair, 2015), como parte do projeto que examina o impacto do vídeo ao documentar problemas de má conduta policial nos Estados Unidos. O projeto discute também o papel do vídeo nos julgamentos dos acusados. <https://lab.witness.org/caught-on-camera-police-abuse-in-the-u-s/>. Acesso em 12 de julho de 2016.

¹⁴⁰ Com o título “Police Brutality on minors in McKinney Texas”, o vídeo foi postado por Deeziel Greezil (2015) no site do YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=tBHpNA-BQ-8>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

¹⁴¹ As hashtags são palavras-chave usadas pelos usuários das redes sociais, nas quais eles categorizam o assunto do qual estão tratando ao usar o símbolo # antecedido da palavra. Com isso, possibilitam criar um hyperlink, que poderá ser localizado por sites de busca ou indexados em sites como *twitter* e *facebook*, e serão listados junto com o que outros estão falando sobre o mesmo assunto. A ferramenta é especialmente útil para contabilizar os temas mais comentados do momento, como faz o *Twitter*, com os “trending topics”, e os pesquisadores que utilizam softwares específicos para este tipo de mapeamento.

celular, foi amplamente interpretado não só em termos de sua crueldade e violência, mas como racismo nos noticiários de TV, jornais e através das redes sociais¹⁴². Como irei descrever neste artigo, o caso foi amplificado nas redes sociais e gerou várias campanhas antirracismo.

Neste artigo, irei explorar o contexto em que imagens da violência policial no Brasil circulam e são amplamente interpretadas nas redes sociais como “flagrantes de racismo”, tendo a violência legitimada do Estado como perpetradora. Analiso o crescimento da circulação das narrativas denunciando o “extermínio do jovem negro”¹⁴³ no Brasil como sendo parte da emergência global da denúncia do racismo e, do modo amplo como vem ocorrendo, uma novidade no nosso país – que começou a se desenvolver, a partir do século XXI, mas sobretudo na segunda década deste século.

Até o momento da escrita deste artigo, o caso de maior repercussão como símbolo do racismo no Brasil na abordagem policial foi o do jovem negro catador de material reciclado, Rafael Braga, que foi preso próximo a uma manifestação no Rio de Janeiro, em junho de 2013, acusado de portar “explosivos” (duas garrafas plásticas, uma com desinfetante, outra com água sanitária, usadas como “provas”). Enquanto cumpria pena em regime semiaberto, Rafael foi mais uma vez preso, acusado de levar drogas em uma sacola, tendo contra si apenas a palavra dos policiais que o abordaram – os mesmos que, depois de o terem espancado e ameaçado de estupro, teriam forjado o flagrante, como é comum em casos de racismo na abordagem

¹⁴² Detalhes deste caso e de sua repercussão podem ser encontrados no site do Global Voices, em um relatório (Garcia, 2014), dedicado à violência policial captada por cameras no Brasil: <https://globalvoices.org/2014/03/30/brazil-claudia-silva-ferreira-dragged-killed-military-police/> (acesso em 16 de julho de 2016)

¹⁴³ A expressão vem sendo recorrentemente usada pela Anistia Internacional desde 2014 (<https://anistia.org.br/imprensa/na-midia/exterminio-da-juventude-negra/>). Também aparece com frequência em textos e análises publicados pela ONG Geledes (Instituto da Mulher Negra), como neste artigo de Eduardo Santos: <http://www.geledes.org.br/o-racismo-e-o-exterminio-dos-jovens-negros/#gs.tDqSuKE>. É encontrado em revistas ligadas à esquerda, como Carta Capital: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/por-que-matamos-tantos-jovens-negros-no-brasil-2387.html>

policial¹⁴⁴. O caso gerou inúmeras campanhas nas redes sociais na internet¹⁴⁵ pedindo a libertação de Rafael Braga.

Embora a denúncia do racismo venha sendo feita por organizações como o Movimento Negro Unificado há mais de trinta anos¹⁴⁶, a consciência da imbricação entre violência policial e racismo está agora emergindo como *questão política* a partir das favelas – onde reside a maioria das vítimas negras e pardas – e ganhando reforço em amplos segmentos da sociedade pelas redes sociais digitais.

Que outros atores, além do movimento negro tradicional, vieram fortalecer e ampliar esse debate no Brasil? Como são interpretadas as cenas, captadas por câmeras, de violência policial no Brasil? Como se conectam aos sentidos dados pelas imagens e narrativas produzidas pelo movimento *Black Lives Matter* que emergem na mesma época, nos Estados Unidos?

Meu foco neste artigo são especialmente as formulações “nativas”¹⁴⁷ sobre raça que emergem na linguagem recente do ativismo contra a violência policial a partir das favelas do Rio de Janeiro, das famílias de vítimas da violência – principalmente das mães –, e de organizações de defesa dos direitos humanos no Brasil e no mundo.

¹⁴⁴ Ver, a respeito, artigo do advogado Lucas Sada, do Instituto de Defensores dos Direitos Humanos, publicado no site da revista Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2016/04/28/o-raio-da-covardia-cai-duas-vezes-no-mesmo-lugar/> (acesso em 04 de junho de 2017)

¹⁴⁵ A campanha 30 dias por Rafael Braga no facebook, foi a mais recente até a publicação deste artigo, precedida por várias outras por “Liberdade para Rafael Braga”: <https://www.facebook.com/30DiasPorRafaelBraga/> (acesso em 02 de junho de 2017)

¹⁴⁶ A conexão entre violência policial e racismo teve lugar durante pelo menos um momento chave na organização do movimento negro brasileiro nos anos 1970. A tortura e morte de Robson Silveira da Luz, em 1978, dentro de uma delegacia de polícia em São Paulo, gerou indignação e resultou no primeiro grande protesto antirracismo durante a ditadura militar, levando à criação do Movimento Negro Unificado em 1979 (Silva 2002; Pereira 2010).

¹⁴⁷ No clássico artigo “Como trabalhar com ‘raça’ em sociologia”, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2003) chama a atenção para a importância de diferenciar os conceitos

“analíticos” e “nativos” sobre raça, sendo estas últimas relativas ao próprio universo discursivo dos sujeitos. Umas nem sempre andam de par com as outras.

Tomo por base, além de entrevistas com ativistas brasileiros, a análise da repercussão de três casos de homicídios, sendo um adulto (Amarildo de Souza), uma mulher (Cláudia Ferreira da Silva) e um adolescente (Alan de Souza Lima), todos negros moradores de periferia do Rio de Janeiro, mortos por policiais entre 2013 e 2015. Em todos esses casos escolhidos para análise, as imagens captadas por câmeras de segurança e de celulares tiveram papel fundamental na denúncia do racismo e do abuso sofrido pelas vítimas. Analiso o material publicado sobre os três casos na mídia tradicional (jornais, revistas, programas de televisão); sites de jornalismo independente; páginas na internet de organizações contra a violência policial, feministas e do movimento negro. Observo ainda as relações feitas entre a repercussão desses casos no Brasil e o ativismo do movimento *Black Lives Matter*, uma vez que, no mesmo período, crescia na mídia mundial a circulação de imagens de homicídios cometidos contra afrodescendentes pela polícia nos Estados Unidos.

Sobre os interlocutores e o trabalho de campo

Durante o estágio pós-doutoral realizado na cidade de Nova York¹⁴⁸, interessada no papel que os vídeos flagrando a violência policial estavam tendo na mobilização do movimento *Black Lives Matter*, procurei o site da *Witness* – ONG que há 25 anos vem trabalhando com o videoativismo nas denúncias de violações de direitos humanos em várias periferias ao redor do mundo. No site, a ONG apresenta a sua missão como sendo “treinar e ajudar cidadãos no mundo inteiro a usar os vídeos de forma segura, ética e eficaz para denunciar violações de direitos humanos e lutar por mudança”¹⁴⁹. Em um contato via facebook, conheci uma das coordenadoras, a jornalista brasileira Priscila Neri, e fui visitá-la na sede da *Witness*, no Brooklyn. Em

¹⁴⁸ Realizei o estágio pós-doutoral no Ph.D. Program in Sociology, City University of New York, de setembro de 2015 a agosto de 2016, sob a supervisão do Professor Philip Kasnitz.

¹⁴⁹ A missão está no site da *Witness*: <https://witness.org/about/>

conversas que tive com ela, Priscila me falava das trocas entre ativistas de todo o mundo que o trabalho da ONG vinha proporcionando¹⁵⁰.

Em 2015 e 2016, estimulada pelos debates em torno dos flagrantes nos Estados Unidos e do movimento *Black Lives Matter*, a *Witness* realizou dois debates públicos reunindo ativistas do Brasil e dos Estados Unidos contra a violência policial. Nos dois eventos, o convidado brasileiro foi Raul Santiago, jovem liderança do coletivo de comunicação independente Papo Reto, baseado no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro, com o qual a ONG tem uma relação de parceria e oferece treinamentos para tornar mais efetivo o uso do vídeo como prova nos casos de flagrante de violência policial.

O Coletivo Papo Reto é uma organização do campo do jornalismo independente, que tem se dedicado ao trabalho de produzir perspectivas de dentro da favela sobre os crimes cometidos pela polícia, em contraste com a mídia tradicional, que – na maioria das vezes – criminaliza as vítimas. A base do Papo Reto, o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, congrega 15 favelas, onde existem quatro Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) e constantes denúncias de abusos e crimes cometidos por policiais.

Raul esteve em Nova York acompanhado de Débora Silva, do Movimento Mães de Maio (São Paulo), aproveitando um convite da Anistia Internacional a esses ativistas. Débora foi uma das fundadoras do Mães de Maio, criado em São Paulo em 2006, quando 564 pessoas, na Baixada Santista (a maioria jovens e negros) foram assassinadas em represália a

¹⁵⁰ “Para a gente é super interessante ajudar comunidades e ativistas que estão na linha de frente destas violações a perceberem e a se situarem neste contexto mais global. Primeiro pela questão de solidariedade, saber que não estão sós. Segundo pela questão do aprendizado mútuo (...) O que um pode aprender com outro e o que a gente pode aprender com essa troca. A mesma coisa com essa questão racial Brasil e Estados Unidos, como a gente consegue, percebendo esses links, criar espaços virtuais ou presenciais, para que os próprios ativistas possam fazer essa troca, e a gente possa também oferecer como aprendizado, coisas que a gente aprendeu em outros lugares. (Entrevista com Priscila Neri na sede da Witness, Brooklyn, NYC, em 25 de julho de 2016).

ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) contra agentes de segurança pública. Entre as vítimas estava o filho dela, Edson Rogério. Ela acabou se tornando uma importante liderança na luta contra a violência e inspiração para outras mães de vítimas em movimentos semelhantes surgidos nos últimos anos em todo o Brasil (como as Mães de Manguinhos) e também nos Estados Unidos – país onde tem se reunido, em suas viagens a convite de organizações internacionais de direitos humanos, com mães de vítimas da violência lá, em intensos encontros.

No debate organizado pela *Witness* em Nova York, Raull e Débora denunciaram a situação no Brasil para uma plateia de militantes do *Black Movement* e de direitos humanos ligados a diversas organizações internacionais. As falas de ambos, descrevendo casos de violência contra negros cometidos no Brasil, emocionaram a plateia, como ocorreu na descrição do caso Cláudia, que tem semelhanças com casos ocorridos nos Estados Unidos. No fim de sua fala, Débora reuniu todos os participantes em torno da bandeira do Movimento Mães de Maio, onde está escrito “Contra o Terrorismo de Estado”. Na fotografia, ativistas do *Black Lives Matter* aparecem segurando cartazes em português da campanha da Anistia Internacional, “Jovem Negro Vivo”.

Um encontro bastante significativo em termos dos intercâmbios entre ativistas norte-americanos e brasileiros foi o que reuniu ativistas do *Black Lives Matter* e representantes da luta contra a violência policial no Rio de Janeiro, às vésperas das Olimpíadas, em julho de 2016. Entre os brasileiros, estavam lideranças do Movimento Mães de Maio, Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, Fórum Social de Manguinhos, Coletivo Papo Reto e a Campanha pela Liberdade de Rafael Braga¹⁵¹.

Texto publicado no site *RioOnWatch* (“Relatos das Favelas”), dizia que “os líderes e ativistas compartilharam suas ideias sobre as semelhanças entre os Estados Unidos e o Brasil, comparando experiências de violência policial, história, racismo, formas de resistência e o papel da mídia”¹⁵². A série de encontros foi chamada de “Julho Negro” pelas lideranças brasileiras, que buscavam chamar a atenção mundial para o crescimento dos números de homicídios nas favelas relacionados aos megaeventos esportivos que foram organizados naquela cidade. Um dos dados divulgados, por exemplo, era de que o número de homicídios na periferia carioca cresceu 40% durante a Copa do Mundo de 2014. Nesse sentido, a presença dos ativistas americanos no Brasil era uma estratégia para chamar a atenção da mídia mundial para o problema e uma expressão de solidariedade entre os movimentos internacionalmente.

Nesses encontros, brasileiros e norte-americanos pareciam falar a mesma linguagem ao comparar o significado de ser “negro” nos dois países, reconhecendo uma linha de continuidade entre o passado compartilhado de escravidão e o Estado de violência atual, a despeito das diferenças históricas e culturais.

Intrigava-me, no entanto, a questão de *como as especificidades culturais na interpretação de raça no Brasil eram construídas e incorporadas às campanhas contra a violência policial*. De volta ao País, no fim de 2016, busquei aprofundar a compreensão do processo de construção dos significados de “negritude” na luta contra a violência policial no Brasil, focando em como as imagens flagrantes de violência policial contra negros e negras estavam sendo interpretadas nas redes sociais no País e como se

¹⁵¹ Não estive presente neste encontro, mas uma farta cobertura a respeito deles pode ser encontrada em páginas de organizações de jornalismo independente, como Casa Pública (<http://apublica.org/2016/07/black-lives-matter-se-unem-a-movimentos-brasileiros-na-casa-publica/>), RioOnWatch (<http://riononwatch.org.br/?p=21056>) e também na Agência Brasil (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-07/movimento-norte-americano-de-familiares-de-vitimas-de-violencia>). Acessos em 10 de junho de 2017.

¹⁵² <http://riononwatch.org.br/?p=21056>. Acesso em 10 de junho de 2017.

construía essa significação mais ampla sobre raça a partir de organizações sediadas sobretudo em favelas brasileiras.

Uma melhor compreensão que passei a ter sobre a centralidade e complexidade de raça na linguagem da militância dentro das favelas cariocas veio de minha participação nos encontros “Para que e para quem servem as pesquisas nas favelas?”, no Rio de Janeiro, em outubro e dezembro de 2016. Os encontros eram organizados por uma influente liderança do Fórum Social de Mangueiras, Fransérgio Goulart, que também ajudou na articulação da visita dos representantes do *Black Lives Matter* no Rio de Janeiro. Parte do ativismo dele no Fórum Social de Mangueiras hoje tem sido direcionada à denúncia da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), política pública criada no Rio de Janeiro, nos anos 2000, acusada de estar causando mais mortes entre os moradores das favelas.

Ao questionar “para que servem as pesquisas nas favelas?”, Fransérgio e os outros organizadores do encontro¹⁵³ estavam propondo um olhar radicalmente crítico com relação aos pesquisadores da classe média branca (a maioria até agora), que tem feito suas “carreiras” pesquisando “favelados”.

Reivindicam que os “favelados” devem produzir suas próprias pesquisas, argumentando que brancos “de fora” jamais vão ser capazes de ver a “favela” da perspectiva da “negritude”¹⁵⁴. Participando dos eventos, havia vários estudantes afro-brasileiros de graduação e pós-graduação que foram beneficiados por cotas para negros e pobres nas universidades, criadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2003. A partir deles, estavam vindo as questões mais impactantes sobre as formas como

¹⁵³ Fransérgio trabalhou na organização em parceria com Rodrigo Calvet, doutorando em Antropologia pela Universidade de Manchester (Inglaterra), e contou também com professores universitários e pesquisadores de pós-graduação no apoio ao debate.

¹⁵⁴ “Quem financia as pesquisas? Quais interesses estão por trás destes financiamentos? Quem é beneficiado por esse conhecimento?”, são algumas das questões propostas nos primeiros encontros “Para que e para quem servem as pesquisas nas favelas”.

tem sido feitas pesquisas nas áreas de ciências sociais e de saúde nas favelas brasileiras¹⁵⁵.

Através de Fransergio, estabeleci contato com Ana Paula Oliveira, também de Manguinhos. Ela se tornou ativista contra o racismo e a violência policial depois que seu filho, Jonathan, foi morto por policiais da UPP perto da casa dela, em 2014, e fundou – com outras mulheres vítimas – o movimento Mães de Manguinhos. Ana Paula Oliveira pode ser vista em vários vídeos na internet denunciando crimes cometidos pela polícia no Brasil e participando de reuniões na Europa, para onde já viajou por duas vezes a convite da Anistia Internacional.

Entrevistas com Ana Paula, Fransérgio, Raull, Débora, Priscila, conversas com ativistas e pesquisadores de relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos e observação participante em reuniões em Nova York e no Rio de Janeiro constituem a base empírica com a qual vou interpretar a repercussão e a circulação de imagens dos três casos de homicídios que analiso neste artigo.

Raça em perspectiva comparada Brasil e Estados Unidos

Como tem sido largamente reconhecido no campo das Ciências Sociais, raça é uma construção social (Kasinitz 1992; Telles 2004; Bonilla-Silva 2014) e, como tal, tem efeitos reais nas vidas das pessoas identificadas como brancas, pretas ou morenas, mesmo que isso não tenha uma base

¹⁵⁵ Eu estava em uma posição desconfortável no começo da primeira reunião, já que posso ser incluída na situação de socióloga de classe média branca, e fiz minha pesquisa de Doutorado em uma “comunidade” de periferia na cidade de Fortaleza (Mattos, 2012). No entanto, não tomei a crítica pessoalmente, já que havia no grupo outros pesquisadores brancos e de classe média como eu. Entendi-a como parte da perspectiva racializada que está ganhando poder a partir das “favelas”. Com minha participação nestas reuniões, fui me tornando mais consciente das complexas implicações de raça e classe em um campo de pesquisa como esse.

biológica. Semelhante a outras construções sociais, a quase sempre instável noção de raça é baseada na estrutura social racializada, que engloba a “totalidade das relações raciais e práticas que reforçam o privilégio” (Bonilla-Silva 2014:8-9)¹⁵⁶ – em termos de uma ideologia racial, a supremacia branca, usada para explicar e justificar o *status quo*.

Comparações nas formas pelas quais a ideologia racial se desenvolveu no Brasil e nos Estados Unidos são um clássico e controverso tópico na tradição dos estudos históricos e sociológicos sobre raça e racismo. A influente tese da “democracia racial” no Brasil, muito inspirada pelo trabalho de Gilberto Freyre (“Casa Grande e Senzala”, 1933, 1^a. edição) era tradicionalmente oposta ao *apartheid* racial que vigorava legalmente nos Estados Unidos até os anos 1960. Mesmo depois que a ideia da “democracia racial” foi desafiada por estudos financiados pela UNESCO¹⁵⁷ e por trabalhos de, entre outros, Florestan Fernandes (1965) e Abdias do Nascimento (1989), do Brasil; George Reid Andrews (1992) e France Winddance Twine (1998), dos Estados Unidos, ainda se discute se é possível ou não comparar o racismo em dois países com histórias e culturas tão diferentes.

Os estudos comparativos, entretanto, têm servido para operar com os conceitos nativos sobre raça de forma mais relacional, perceber as interconexões no cenário de intensificação das trocas globais e as mudanças históricas. Skidmore (1992), analisando a literatura comparada dos anos 1990, opôs-se à ideia de contraste entre os Estados Unidos “bi-racial” e o Brasil “multi-racial” – ideia que ainda tinha status privilegiado até meados dos anos 1960. Ele argumentava em favor de uma maior atenção às estatísticas e às consequências das políticas de ação afirmativa, entre outros

¹⁵⁶ Tradução da autor. No original: “the totality of the social relations and practices that reinforce white privilege” (Bonilla-Silva 2014:8-9)

¹⁵⁷ Coleção *Le Racisme Devant La Science*, © Unesco 1960. Publicado no Brasil na coletânea em dois volumes *Raça e ciência*, Ed. Perspectiva, 1970.

aspectos que ajudaram a entender como os sistemas de relações raciais tem mudado nos dois países, de modo a evitar generalizações “a-históricas”.

A partir dos anos 2000, as abordagens comparativas se tornaram particularmente interessantes para os cientistas sociais, quando as ações afirmativas para igualdade racial foram gradualmente sendo implementadas no Brasil, seguindo o caminho que os Estados Unidos tomaram a partir dos anos 1960. France W. Twine (2000:1-2) descreve a ação iniciada por um estudante afro-brasileiro na Universidade de São Paulo demandando cotas para negros em 1996, quando apenas 1% dos estudantes era não-branco. A socióloga afro-americana, com seu olhar construído a partir das tensões raciais mais evidentes nos Estados Unidos, ficou impressionada pelo “pequeno tamanho (da manifestação) e a falta geral de suporte”¹⁵⁸ que a iniciativa recebeu de afro-brasileiros e outros não-brancos.

A descrição de Twine do Brasil nos anos 1990 em relação ao pouco apelo às questões raciais contrasta totalmente com o momento atual que analisamos. Entre as razões para a mudança no significado que raça passa a ter no Brasil está justamente o efeito das políticas de ação afirmativa, interpretada por Telles (2004:47) como “dramático momento da história brasileira” já que ela consiste em um reconhecimento do racismo pelo governo brasileiro e pela sociedade, tensionando a ideia largamente aceita da “democracia racial”.

Porém, a própria adoção da política de cotas no Brasil é consequência, nos anos 2000, das convenções internacionais sobre racismo e do maior intercâmbio entre ativistas internacionalmente. A Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, na África do Sul, em 2001, resultou em mudanças importantes em termos de políticas públicas para negros no Brasil, além de ser um marco de um novo contexto de discussão sobre raça no mundo, trazendo o legado da escravidão para o centro do debate ao se

158 Do original: “the small size and the general lack of support” (Twine, 2000: 1-2).

considerar os indicadores de exclusão social de longo prazo de todas as populações afrodescendentes nos países de base escravocrata. Como afirma Telles (2004:61):

Embora a globalização apresente novos problemas, como o crescimento do racismo na internet e uma grande vulnerabilidade das populações negras pobres nas decisões do capital internacional, a transnacionalização dos direitos humanos promoveu novas oportunidades para os movimentos sociais em geral. Informalmente, através da internet, e-mail e da mídia internacional ampliada, o trabalho e a visibilidade de redes internacionais de direitos humanos se expandiu enormemente. O movimento negro, geralmente em cooperação com outras organizações de direitos humanos, cresceu com estas novas oportunidades e estabeleceu laços com as organizações do movimento negro da América Latina, Estados Unidos e África do Sul¹⁵⁹.

Ao lado dos avanços, reações racistas têm tido lugar em universidades e em vários lugares sociais, muitas delas registradas por câmeras de celulares, com ampla repercussão na mídia¹⁶⁰. De fato, desde os anos 2000, tem havido um crescimento das tensões raciais no Brasil no novo ambiente comunicacional das redes sociais, contexto que irei analisar a seguir.

¹⁵⁹ Tradução da autora. Do original: “Although globalization presented new problems, such as the spread of racism in the Internet and a greater vulnerability of poor populations to the decisions of international capital, the transnationalization of human rights provided new opportunities for social movements generally. Informally, through the Internet, email and expanding international media, the work and visibility of international human-rights networks expanded greatly. The black movements, often in cooperation with other human-rights organizations, seized on these new opportunities and established ties with the black-movement organization throughout Latin America, United States, and South Africa” (Telles, 2004: 61)

¹⁶⁰ Um dos flagrantes de racismo de grande repercussão recente no Brasil foi a gravação de insultos racistas na Praia de Barra da Tijuca (RJ) por parte da professora Sonia Valéria Fernandes, 54 anos, contra Sulamita Mermier, de 31. A vítima gravou as agressões com sua camera de celular, e um amigo publicou o video no facebook. Até 4 de setembro de 2016, o video já tinha tido mais de seis milhões de visualizações. O registro pode ser encontrado no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=p4XvFTrdEcQ> (Revista Circuito, acesso em 30 de agosto de 2016).

Estatística e vídeo: as novas formas de “accountability”

O Brasil possui uma das mais altas taxas de homicídio do mundo. Dados recentes divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015) mostram o país como o 11^o. mais violento no planeta, com 32,4 homicídios para cada 100.000 pessoas. De acordo com a Anistia Internacional (2015), 56.000 foram vítimas de homicídios em 2012 no Brasil, sendo que 30.000 eram jovens e 77%, negros. Em 2015, esse número subiu ainda mais, alcançando 59.080 homicídios, de acordo com o Relatório Atlas da Violência 2017 (IPEA/Fórum Brasileiro de Segurança Pública). Segundo esse mesmo relatório, entre 2005 e 2015, a violência contra jovens e negros cresceu 18%.

Esses números se referem a um amplo conjunto de motivações para os crimes e perpetradores – nem todos aí incluídos são crimes cometidos por policiais. Em todo caso, no entanto, os negros são a maioria entre as vítimas. A assessora de Direitos Humanos da Anistia Internacional no Brasil, Renata Neder, tem denunciado que está havendo “um massacre da juventude negra neste País” (Amorim, 2015). Em 2014, a Anistia Internacional lançou no Brasil a campanha “Jovem Negro Vivo”, usando esses números para amplificar a consciência da situação.

O Mapa da Violência no Brasil (Waiselfisz 2012, 2013, 2014) tem compilado os números e dado destaque aos dados segundo os quais as mortes por arma de fogo afetam desigualmente negros, homens e jovens. O relatório “Você Matou Meu Filho. Homicídios cometidos pela Polícia na Cidade do Rio de Janeiro”, elaborado pela Anistia Internacional (2015), compila os assassinatos cometidos por policiais militares naquela cidade, levando em conta raça, gênero e classe social. O relatório conclui que, entre 2010 e 2013, a Polícia Militar vitimou 1.275 pessoas: 99.5% eram homens; 79% eram negros e 75% tinham entre 15 e 29 anos.

Ao mesmo tempo em que estes dados eram divulgados no Brasil e a Anistia Internacional lançava a campanha Jovem Negro Vivo, em 2014, o movimento *Black Lives Matter* estava conseguindo trazer a denúncia do racismo na abordagem policial para o centro da mídia mundial¹⁶¹, com grandes manifestações nas maiores cidades dos Estados Unidos, estimuladas pelas imagens flagrantes de violência e assassinatos de negros que apareciam em série naqueles anos, captadas pelos celulares. As imagens circulavam nas redes sociais, favorecendo várias análises comparativas entre a situação do Brasil e daquele país, com relação à violência policial e racismo.

Além das diferenças culturais quanto aos significados de raça, às concepções de cidadania e à magnitude dos protestos, a dimensão quantitativa do problema se afigurava como uma dificuldade ao se estabelecerem comparações. No Brasil, os negros são maioria, correspondendo a 51% da população, enquanto nos Estados Unidos, são minoria de 13%¹⁶². O número de vítimas por violência policial é cerca de cinco vezes maior no território brasileiro em relação àquele país¹⁶³.

A favor das comparações e das aproximações entre ativistas afro-brasileiros e afro-americanos, conta o fato de que, ainda que os números totais sejam diferentes, a proporção é a mesma nos dois países: negros são três vezes mais suscetíveis de serem assassinados pela polícia no Brasil e

¹⁶¹ O crítico de cinema Ty Burr escreveu, em dezembro de 2015, no jornal Boston Globe, que as imagens flagrantes de crimes cometidos por policiais contra os negros eram os filmes mais importantes daquele ano: “Looking back at 12 months in which the moving images that actually mattered—the ones that needed to change the national conversation and maybe even started to—weren’t on multiplex screens or dialed up through our cable guide but came crashing through our browsers, our cell phones, and on the nightly news” (Burr 2015).

¹⁶² De acordo com o Censo Brasil 2010 (IBGE, 2012), pessoas que consideram a si mesmas pretas ou pardas constituem a maioria de 51% da população, enquanto nos Estados Unidos os negros são minoria de 13%, de acordo com o Censo mais recente daquele país (U.S. Census Bureau 2011).

¹⁶³ Em 2013, enquanto o número de homicídios cometidos por policiais nos Estados Unidos era de 461, de acordo com análise do jornal USA Today, baseada em números dos Federal Bureau of Investigation (Johnson, 2014), no Brasil, ele alcançava 2.212 — uma média de seis pessoas mortas pela Polícia a a cada dia (Vigna, 2014).

nos Estados Unidos¹⁶⁴. As estatísticas têm servido ao ativismo como prova do racismo estrutural, em países como o mesmo legado da escravidão.

Além dos números, os ativistas norte-americanos em vários eventos políticos e acadêmicos dos quais participei em Nova York, entre 2015 e 2016¹⁶⁵, consideram as imagens captadas por celular como as formas mais importantes de “accountability”, palavra inglesa que vem sendo incorporada no Brasil com um sentido amplo de oferecer provas que obriguem o poder público a prestar contas¹⁶⁶. Os flagrantes mostram pessoas de cor preta sendo tratadas de forma discriminatória e humilhante, com violência ilegal que muitas vezes é causa da morte das vítimas.

A ONG *Witness* exerce um papel exemplar nesse tipo de militância a favor do uso das imagens, incentivando o uso dos celulares como armas contra as violações de direitos de negros e também de mulheres, de LGBTs e de moradores das periferias do mundo inteiro. Esse trabalho faz parte de uma tendência crescente que vem sendo chamada de “midiativismo”.

Pesquisando o ativismo social que tem o jornalismo como eixo em *slums*, em Bangladesh; guetos nos Estados Unidos; *townships*, na África do Sul e favelas, no Brasil, Leonardo Custódio (2016) define o “midiativismo de favela” como ações individuais e coletivas de moradores de favelas que usam a mídia a partir de seus lugares de origem para denunciar, mobilizar

¹⁶⁴ Nos Estados Unidos, em termos gerais, brancos são a maioria das vítimas de homicídios cometidos pela Polícia, já que estes correspondem a 85% da população total. No entanto, a proporção de negros é muito mais alta: dos 1.103 cidadãos mortos por policiais nos Estados Unidos em 2015, 537 eram brancos, 237 negros, e 170 hispânicos/latinos. Isto significa uma proporção de 2.7 brancos e 6.5 negros assassinados para cada milhão de pessoas

¹⁶⁵ Em um evento intitulado “Awakening our democracy”, promovido pela Columbia Law School em novembro de 2015, no qual estavam presentes como palestrantes líderes do Black Movement contemporâneo nos Estados Unidos e advogados militantes da causa, três aspectos foram colocados pelos participantes como desafios e possibilidades do movimento atual: 1) ampliar a já “muito boa comunicação” atualmente existente; 2) investir na produção de dados estatísticos que demonstre a não excepcionalidade dos casos; 3) pensar mais humanitariamente, de forma mais ampla e internacional (síntese feita por mim a partir das falas mais recorrentes dos palestrantes).

¹⁶⁶ Ver CAMPOS, Ana Maria. “Accountability: quando devemos traduzi-la para o português?”. Revista de Administração Pública, v. 24, n. 2, 1990.

ações e gerar conhecimento crítico (Custódio, 2016, p. 22). O autor (op. cit.) apresenta como exemplos de midiativismo, além dos flagrantes de agressão de policiais, as filmagens de processos violentos e abusivos de remoções de moradia na periferia.

Mesmo que os resultados junto aos tribunais ainda sejam incipientes em relação ao uso do vídeo como prova (ver estudo feito pela ONG Artigo 19, 2016), essas imagens podem alcançar grande impacto através das redes sociais digitais, já que elas são compartilhadas com textos interpretando os casos como evidências de racismo. A seguir, analisaremos alguns casos emblemáticos no Brasil dos últimos anos nos quais as imagens foram usadas para denunciar a violência policial, associando-as ao racismo.

Imagens flagrantes no Brasil

Amarildo de Souza, favela da Rocinha (RJ), julho de 2013. O caso do pedreiro que desapareceu após ser levado por agentes da UPP foi um dos de maior repercussão nacional e mundial em que a raça da vítima começou a ser destacada. Por muitos meses, a pergunta “Onde está Amarildo?” ecoou nas redes sociais, em forma de *hashtag*, em várias línguas. A campanha foi iniciada na página do facebook do Movimento Mães de Maio, com uma fotografia da família de Amarildo segurando um cartaz com a questão. A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência também foi muito ativa nesta campanha, usando o *facebook* para cobrar respostas do Estado em relação ao desaparecimento de Amarildo.

Apesar de toda a repercussão do caso nas redes sociais que levaram a uma cobertura mais ampla da grande mídia sobre o desaparecimento de Amarildo, até julho de 2015 não havia qualquer informação sobre onde estaria o seu corpo, embora as investigações já apontassem para o fato de que ele foi torturado e morto por policiais nas dependências da UPP. Naquele mês, foi divulgada pela TV Globo a análise feita sobre imagens gravadas por câmeras de segurança na Favela da Rocinha no dia em que o

pedreiro foi levado pelos PMs, mostrando um veículo do Batalhão de Choque da Polícia Militar (BOPE) deixando a sede da UPP com dois policiais sentados na parte traseira e tendo a seu lado um saco preto com volume e forma compatível com a de um corpo humano¹⁶⁷.

Após a divulgação das imagens, o Comando Geral da Polícia Militar anunciou que reabriria as investigações sobre o ocorrido. A análise destas imagens foi tomada como mais uma prova para o Ministério Público, que resultou na condenação de 13 policiais em janeiro de 2016 por tortura e ocultamento de cadáver, rara conclusão desse tipo no Brasil, onde 99,2% dos casos são arquivados por “falta de provas” (Misse, 2001). A juíza Daniela Alvarez Prado, responsável pelo julgamento, escreveu na sentença que Amarildo foi “vítima de uma cadeia de enganos, era vulnerável à ação policial, além de ser negro e pobre em uma comunidade à margem da sociedade”¹⁶⁸. Além de classe social e lugar de residência, o reconhecimento do racismo pelo sistema judicial como fator chave para a vulnerabilidade da vítima na abordagem policial ocorreu como resultado das pressões dos movimentos sociais e do ativismo digital.

¹⁶⁷ As imagens das câmeras de segurança e a análise do Ministério Público foram divulgadas exclusivamente pela Rede Globo de Televisão (“Polícia Abre Inquérito Para Apurar Novas Imagens sobre o Caso Amarildo”, 2015. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/policia-abre-inquerito-para-apurar-novas-imagens-sobre-o-caso-amarildo.html>).

¹⁶⁸ Notícia sobre o indiciamento: “Justiça do RJ condena 13 PMs por tortura, morte e sumiço de Amarildo”, 2016: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/01/31/justica-do-rj-condena-8-pms-por-tortura-morte-e-sumico-de-amarildo.htm>



Fonte: post público facebook

A importância das imagens captadas por câmeras na investigação do caso Amarildo foi constante desde o início, destacadas em reportagens na grande imprensa¹⁶⁹. As filmagens – ou a ausência delas –, foram indícios fundamentais contra os policiais, pelo fato de as duas câmeras de segurança da UPP terem sido as únicas – de um total de 80 câmeras que fazem parte de um monitoramento integrado na comunidade – a apresentarem “defeito”, que as impediram de funcionar justamente no dia da morte do pedreiro¹⁷⁰.

Cláudia Ferreira da Silva, Morro de Congonhas, Rio de Janeiro, março de 2014. Cláudia, 38 anos, mãe de quatro filhos, casada e cuidadora de outras quatro crianças, seus sobrinhos, estava indo comprar pão para a família quando foi baleada no pescoço por policiais e jogada inconsciente

¹⁶⁹ Reportagem de Harrinkson de Andrade, no site Uol Notícias, em 17/08/2013, contabiliza oito câmeras no trajeto que levou o pedreiro à sede da Unidade de Polícia Pacificadora na Rocinha. Reportagem recupera com imagens o trajeto e fotografa as câmeras: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/17/percurso-feito-por-carro-da-upp-rocinha-que-levou-amarildo-tem-pelo-menos-8-cameras.htm#fotoNav=18>

¹⁷⁰ “Câmera de UPP não funcionava quando pedreiro desapareceu”, 30/07/2013. <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/07/30/camera-de-upp-nao-funcionava-quando-pedreiro-desapareceu.htm>

dentro do bagageiro no carro da Polícia. Enquanto eles a conduziam ao hospital, o bagageiro do veículo abriu e seu corpo ficou pendurado pela roupa e foi arrastado pelas ruas. O motorista de um veículo que estava atrás do carro da polícia gravou a cena com a câmera de seu celular. As imagens chegaram a uma rede de TV e “viralizaram” nas redes sociais. O que poderia ser mais um caso bárbaro explorado pelo sensacionalismo dos programas de televisão que se dedicam à exploração da violência contra negros e pobres foi ganhando outra feição ao ser amplamente denunciado como um crime racista em artigos na grande imprensa, sob a pressão do ativismo das ruas e online (Anjos 2014; Garcia 2014; Youssef 2014).

Em protesto contra o crime, moradores do Morro da Congonha, no Rio de Janeiro, queimaram ônibus nas ruas do bairro – uma forma de protesto frequente contra as injustiças sociais na periferia. No entanto, o caso Cláudia marca uma diferença fundamental em relação a outros casos por ser, ainda mais do que o Amarildo, um ponto de virada em relação à difusão mais ampla da ideia do racismo associada à luta contra a violência cometida por PMs. Várias manifestações aconteceram em cidades brasileiras, promovidas por organizações de mulheres negras. Um cartaz usado para uma manifestação em Brasília, em março de 2014, dizia: “Somos todos Cláudia. Manifestação contra o racismo e a violência policial”. Sites feministas como o Blogueiras Feministas, Meninas Black Power e Instituto Geledés dedicaram muita atenção ao caso Cláudia, denunciando-o como um flagrante crime racista.

O coletivo feminista Think Olga fez uma campanha chamada 100xCláudia nas redes sociais, convidando artistas para homenagearem Cláudia. Na página do blog que anunciou o projeto, eles diziam: “As denúncias da barbárie ocorrida são importantes e elas não devem cessar. Mas fugir do sensacionalismo e humanizar esse momento também é. Por isso, nos propusemos a retratar Cláudia com mais carinho do que o visto nos

últimos dias”¹⁷¹. Um dos desenhos mais compartilhados nas redes sociais foi do artista e ativista Pedro Magalhães, de Salvador, que mostra uma figura feminina negra lembrando Cláudia, e a sentença: “A carne mais barata do mercado é a carne negra”.



Arte: Pedro Magalhães para o site *Think Olga*

Alan e Chauan, Rio de Janeiro, fevereiro de 2015. Um grupo de jovens adolescentes estava conversando à noite em suas bicicletas em uma

¹⁷¹ Esta apresentação da campanha e os trabalhos artísticos do projeto “100 vezes Cláudia” podem ser vistos no site Think Olga (2014), neste link: <http://thinkolga.com/2014/03/19/100-vezes-claudia/>

rua da comunidade de Palmeirinha (RJ). De repente, um deles corre de brincadeira e policiais militares se aproximam e atiram no grupo. Naquele momento, um dos jovens baleados – Alan, de 15 anos – gravava a conversa com seus amigos pelo celular. A câmera do aparelho continuou filmando enquanto ele caía no chão e agonizava até a morte. Nas imagens não se pode vê-lo sendo baleado, mas se escutam os seus gritos e de seu amigo, Chauan, de 19 anos, também baleado, que rezava e chorava. Nos dias seguintes, os policiais divulgaram um comunicado de que Alan foi morto e Chauan baleado em “resistência seguida de morte” e que ambos carregavam armas de fogo.

Depois que o vídeo foi divulgado (Rio Consciente, 2015), o Comandante da Polícia Militar foi afastado, num raro caso de punição dentro da Polícia. O vídeo também provou que os policiais estavam mentindo ao tentar forjar um “auto de resistência” acusando os adolescentes de estarem armados. No Diário do Centro do Mundo (DCM), um site de mídia independente brasileiro, um artigo do jornalista Mauro Donato (2015) sintetizava: “Não existisse o vídeo, muito provavelmente o caso se transformaria em estatística e a opinião pública média e preconceituosa manteria os garotos sob dúvida. Negros de noite na rua e na favela? Boa coisa não estavam fazendo, não é mesmo? Só que não. Eram meninos completamente inocentes fazendo o que meninos fazem: divertindo-se”¹⁷².

A despeito do vídeo altamente impactante, dos esforços de sites de mídia independente e de ONGs de defesa de direitos humanos e de algumas páginas no *facebook* e no *twitter* terem chamado a atenção para o racismo no caso, a morte de Alan e a bala alojada no peito de Chauan não tiveram tanta repercussão nas redes sociais como os casos Cláudia e Amarildo. Não

¹⁷² “O menino que filmou sua própria morte e desmontou uma farsa da PM do Rio”, Mário Donato, 26/02/2015. <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-menino-que-filmou-sua-propria-morte-e-desmontou-uma-farsa-da-pm-do-rio/>

apareceram *hashtags* ou campanhas que mobilizassem a atenção mais ampliada.

A politização da raça e uma linguagem em comum

Organizações do movimento negro no Brasil há muito tempo vêm tentando chamar a atenção para a conexão entre violência policial e racismo, como é o caso do grupo especificamente criado para esse fim ainda em 2005, Reaja ou Será Morto, em Salvador. O que está fazendo a diferença agora em termos de uma diversificação de agentes sociais denunciando o racismo quando falam de intervenções policiais nas periferias urbanas brasileiras? Agora não são somente militantes do movimento negro, mas também ativistas contra a violência policial, jornalistas, advogados de direitos humanos e milhares de cidadãos nas redes sociais.

Raull Santiago, em entrevista¹⁷³ em Nova York, em 2016, expôs que é preciso construir o significado de negritude dentro da favela, disputando com a mídia tradicional, que na maioria das vezes reforça o preconceito, criminalizando as vítimas: “(é preciso) puxar o entendimento do que é ser negro. Eu vejo a favela como um quilombo, sabe... Eu vejo como um quilombo de resistência, onde a polícia, o Estado faz os seus ataques tentando eliminar aquelas pessoas”.

Raull disse que incorporou a expressão “quilombo” dos diálogos com o movimento negro, rede que ele integrou no seu processo de formação como ativista. O conceito ainda é muito influente no Brasil hoje e bastante usado no ativismo juvenil do rap, adotado como uma simbólica maneira de se referir às formas “legais” e “ilegais” de organizações brasileiras contra a

¹⁷³ Entrevista realizada em 10 de abril de 2016. Todas as falas de Raull citadas aqui são fruto desta entrevista.

opressão – o “quilombo”, nesse sentido, é “uma práxis afro-brasileira de afirmação cultural e ética”, como elaborado por Nascimento (1980:152).

O uso de “quilombo” por Raull, ao abordar a questão da vitimização nas favelas, é parte do novo contexto das lutas contra a violência policial, que chamo de “linguagem de raça”. Essa linguagem é um re-conhecimento incorporado em uma série de conceitos compartilhados com diferentes agentes sociais, que é ativado nas narrativas sobre a violência policial nas favelas e prisões. A vítima é “preta, pobre, favelada”.

A “linguagem de raça”, que já era falada há pelo menos 15 anos pelo movimento hip hop e pelo rap brasileiros (Zeni, 2004), de certa forma permanecia relegada a um espaço social marginalizado, um “gueto”. A diferença, principalmente a partir de 2013, é que essa linguagem passa a ser amplificada e – junto com as estatísticas, a campanha Jovem Negro Vivo (Anistia Internacional, 2014) e a força das imagens da violência policial flagradas por câmeras de segurança e de celular mostrando corpos de negros como vítimas (como foi o caso emblemático da imagem do corpo de Cláudia Ferreira da Silva sendo arrastada e de Alan e Chauan conversando e brincando na rua antes de levarem tiros de policiais) – ganha a classe média e setores mais amplos da favela.

Mesmo no caso Amarildo, em que não há imagens flagrantes dele sendo morto, as imagens desempenham papel fundamental na investigação, especialmente o que foi identificado como sendo a imagem de seu corpo saindo da favela dentro de um saco preto na traseira de um veículo do BOPE. As fotografias de sua família – todos negros – segurando o cartaz “Cadê o Amarildo” também contribuem nesse contexto. As imagens circularam ao mesmo tempo que os vídeos de mortes promovidas por policiais contra negros nos EUA faziam crescer o movimento *Black Lives Matter*. No Brasil, esses flagrantes são interpretados num contexto em que

as denúncias são como parte do “extermínio da juventude negra”, “do genocídio dos negros” e da campanha pelo “jovem negro vivo”.

Outra perspectiva chave que é incorporada nessa linguagem de raça é que a violência é denunciada tendo o Estado militarizado como alvo. O entendimento é que a violência legalizada pelo Estado é responsável pelo “genocídio da juventude negra e pobre”. É dentro desse contexto que os vídeos de policiais matando afro-americanos nos Estados Unidos ganham sentido no Brasil: eles são interpretados dentro de uma moldura na qual raça como conceito central para o entendimento da violência estatal está sendo construída e ganhando espaços também no país.

A linguagem em si mesma é também um subproduto das trocas entre redes de ativistas internacionais – eles basicamente abordam o racismo enquanto falam da violência do Estado –, mesmo considerando que há diferenças culturais significativas na maneira de interpretar raça entre Brasil e Estados Unidos. Antes desse engajamento, eles se considerariam “morenos”, mas agora são parte da negritude no mundo das favelas e guetos.

“Se os filhos são negros, as mães também são negras”, sintetizou Débora em sua fala no evento “Insurgencies” em Nova York, no final de maio de 2016¹⁷⁴. Com esta frase, ela sinaliza para o fato de que construiu sua própria compreensão de raça no processo em que se tornou militante. Em entrevista¹⁷⁵, ela se referiu à influência do movimento negro feminista na sua trajetória, através do Instituto da Mulher Negra, Geledés. A linguagem de raça passa assim a ser central para a politização das

¹⁷⁴ “Insurgencies: racialized police terror and pedagogies of resistance in the Americas”, foi o evento que Débora participou, promovido pelo professor e pesquisador brasileiro Jaime Alves, do Departamento de Antropologia do College of Staten Island, City University of New York. Participei deste evento, em que estavam presentes também ativistas e pesquisadores de diversos países das Américas – Colômbia, Guatemala, El Salvador, Mexico, Canadá e Estados Unidos, em dois intensivos dias de debates sobre violência policial e racismo nos dias 31 de maio e 1º de junho de 2016.

¹⁷⁵ Entrevista em Nova York, maio de 2016.

consequências das intervenções policiais nas favelas, um lugar de fala qualificado e legítimo de quem “sofre na pele” as violências cotidianas.

No mesmo sentido, Fransérgio aponta: “O ativismo e o movimento são processos educadores”¹⁷⁶. Segundo ele, durante muito tempo, o movimento negro e os movimentos das favelas tiveram bandeiras diferentes. A favela, até o fim do século XX, não tinha a questão racial como bandeira, apesar de 80% dos moradores de favelas serem negros, diz ele. Eram as questões de moradia e infraestrutura que ocupavam os moradores. A luta contra a violência policial, que se intensificou no século XXI em um novo contexto de raça no Brasil e no mundo, tem contribuído para unificar os discursos e aproximar as militâncias do movimento negro e das favelas, em processos que levaram à incorporação da nova linguagem de raça.

Raull também faz uma reflexão sobre como passou a adotar mais a categoria raça no seu discurso ao longo do tempo de militância:

A gente não tinha esse discurso também do jovem negro, mas a gente foi aprendendo, com as amizades, com as parcerias, com as pessoas que a gente foi encontrando e que nos fizeram refletir também. Vocês perceberam que o tanto de fotos que vocês postaram a maioria era jovem negro? Que há um extermínio de jovem negro? Então essa percepção do Papo Reto tem pouco menos de dois anos e a gente tá começando a vir com esse discurso, mas se dá através dos parceiros que a gente vai encontrando na luta e vai fortalecendo e vai ajudando a refletir sobre qual é a realidade do enfrentamento que a gente tá fazendo¹⁷⁷.

Perguntei à Raull sobre o porquê de, no caso Alan e Chauan, o racismo não ter sido destacado na grande mídia, a despeito de ser o típico caso de um jovem negro inocente morto pela polícia e, que, de forma inusitada, filmou o próprio assassinato, num momento em que imagens como essa estavam provocando grandes manifestações e debates sobre racismo nos Estados Unidos, em 2015. Ele respondeu que não só os vídeos

¹⁷⁶ Entrevista no Rio de Janeiro, dezembro de 2016.

¹⁷⁷ Entrevista já citada para esta pesquisa, em Nova York, após debate promovido pela Witness, em 10 de abril de 2016.

importam, mas as narrativas que dão sentido a eles também. Para ele, é preciso: “começar a provocar esse pensamento através da fala, através da escrita; acredito que é importante para a sociedade que ainda não percebeu o quão racista e violento com os negros é o país. Eu acredito muito na narrativa que você vai dar junto do que você está expondo no seu vídeo”¹⁷⁸.

Uma das mais importantes expressões da centralidade que raça ocupa hoje, falada nas periferias do Sul e do Norte das Américas (e também da Europa Ocidental), é a do rap e do hip hop. No rap “Carta aos meus iguais de alma”, os rappers Marcão Baixada e Og Bobby Johnson Free Style (2015), as vítimas da violência policial no Brasil (Amarildo, Cláudia) e nos Estados Unidos (Michael Brown) aparecem diretamente relacionadas a uma luta global antirracismo, na qual as últimas palavras de Eric Gardner, morto em Nova York, aparecem na metáfora “me sufoca, não consigo respirar”:

“A luta é de todos pretos, da África e do mundo inteiro/É pra zelar pela vida e não só pelo dinheiro/Sangue no beco é o motivo pelo qual eu brigo/Tenta enxergar o verdadeiro inimigo/Contrariando a estatística; minha vingança é lírica/A face da morte é cínica/Calaram a voz de quem sofre com revólver. Vitória pra nós é passar dos 29/Tô vivo! Mais um dia e mais um ganho/Blood on the leaves: Eu sou fruto de um mundo estranho/Que quanto mais eu falo, mais eu apanho/Deixar de ser suspeito é meu sonho/Lutar pra ser feliz; te proponho!/E essa luta eu não posso adiar, arrastaram a Cláudia/O Amarildo? Eu nem sei onde tá/Ratatá... tatá e Boom! Final do Filme/Bem vindo à vida, já foi-se o tempo de Super Cine/Me sufoca! 'Não consigo respirar'/Falo o que importa! Cansei de esperar!/Meu povo não perecerá, mesmo que façam o mal/Falam de Jordan, eu preferi falar de Michael Brown”

Considerações finais

O impacto dos vídeos e a eficácia do *Black Lives Matter* ao colocar sua mensagem nas primeiras páginas dos jornais, telas de TV e computadores do mundo contribuiu para a formação de uma consciência

¹⁷⁸ Entrevista já citada para esta pesquisa, em Nova York, após debate promovido pela *Witness*, em 10 de abril de 2016.

global relacionada ao racismo na abordagem policial, o que teve impacto também no Brasil. Esse impacto local, no entanto, só é possível por causa das novas conexões e redes construídas entre diferentes agentes que passaram a falar a mesma linguagem enquanto enfrentam a brutalidade policial nas favelas brasileiras e mundiais.

O trabalho de organizações de defesa dos direitos humanos, como Anistia Internacional e *Witness*, tem sido chave para esse processo, já que elas estão situadas em um espaço de interseção dos grupos em diferentes países, contribuindo de diferentes maneiras, como analisado aqui, para colocar em movimento um diálogo entre ativistas e disseminar conceitos compartilhados, numa linguagem de raça em comum.

Todavia, como analiso com relação ao caso Alan/Chauan, o reconhecimento do racismo estrutural embutido na violência cometida pelo Estado é ainda um objeto de luta e um processo que está tendo lugar exatamente agora na esfera pública digital. Embora os casos Amarildo e Cláudia apontem para esse reconhecimento mais amplo do racismo, tanto pela instituição judicial, quanto pela mídia tradicional, ativistas têm que reforçar continuamente a perspectiva de raça na interpretação das provas das imagens em cada caso.

A esfera pública digital é agora a plataforma principal do debate político, estimulada por imagens e músicas que criam simbólicas sínteses no que se refere à violência estrutural. Essas sínteses são formuladas em uma linguagem de raça, que está gerando pressões sociais contra o “genocídio da população negra”, dentro do contexto de um amplo reconhecimento desta como uma luta transnacional contra o racismo estrutural.

Bibliografia

ABU-LUGHOD, Janet. 2007. *Race, Space, and Riots in Chicago, New York, and Los Angeles*. New York: Oxford University Press.

AMORIM, Paulo Henrique. 2015. "Chacinas nas Periferias." *Conversa Afiada*, October 12. YouTube Web site. Acessado em 4 de março de 2016. (<https://www.youtube.com/watch?v=53rQggrAoul>)

ANDREWS, George Reid. 2014. "Racial inequality in Brazil and in the United States: 1990-2010." *Journal of Social History* 47(4):829-854. doi: 10.1093/jsh/shu026

ANISTIA INTERNACIONAL. 2015. *Você Matou Meu Filho! homicídios cometidos pela Polícia Militar na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Anistia Internacional.

ANJOS, Ana Beatriz. 2014. "Como se fosse um saco." *Revista Forum Semanal*. São Paulo: Publisher Brasil. Acesso em 13 de julho de 2016 (<http://www.revistaforum.com.br/digital/139/como-se-fosse-um-saco/>).

ARTIGO 19. 2016. "Uso de vídeos como prova em julgamentos está aquém do que deveria, mostra estudo." Artigo 19, 01 de janeiro de 2016. Acesso em 16 de julho 2016. (<http://artigo19.org/blog/2016/01/14/uso-de-videos-como-prova-em-julgamentos-esta-aquem-do-que-deveria-mostra-estudo/>).

BAIR, Madeleine. 2015. "Caught on Camera: Police Abuse in the US." Witness Media Lab, September, 2015. Acesso em 12 de julho de 2016 (<https://lab.witness.org/caught-on-camera-police-abuse-in-the-u-s/>).

BONILLA-SILVA, Eduardo. 2014. *Racism without racists: color-blind racism and the persistence of racial inequality in America*. New York, Toronto, Plymouth, UK: Royman & Littlefield Publishers.

CANO, Ignacio. 2010. "Racial bias in police use of lethal force in Brazil". *Police Practicing and Research* 11(1):31-43. doi: 10.1080/15614260802586350

CERQUEIRA, Daniel (et. al.) Atlas da Violência 2017. Rio de Janeiro, IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em 08 de junho de 2017.

CUSTÓDIO, Leonardo. 2016. *Midiativismo de Favela. Reflexões sobre o processo de pesquisa*. University of Tampere, Finland. <http://www.uta.fi/cmt/index/Midiativismo-de-favela.pdf>

DEEZIL GREEZIL. 2015. "Police Brutality on minors in McKinney Texas." YouTube Web site. Acesso em 12 de

novembro de 2015

(<https://www.youtube.com/watch?v=tBHpNA-BQ-8>)

DONATO, Mauro. 2015. “O menino que filmou sua própria morte e desmontou uma farsa da PM do Rio”. *Diário do Centro do Mundo*. Acesso em 26 de março de 2016. <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-menino-que-filmou-sua-propria-morte-e-desmontou-uma-farsa-da-pm-do-rio/>

FERNANDES, Florestan. 1965. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Dominus, Universidade de São Paulo.

FREYRE, Gilberto. 2003 (48ª. edição). Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob a economia do regime patriarcal. São Paulo, Global.

GARCIA, Raphael Tsavkko. 2014. “The ‘Woman Who Was Dragged’ and Killed by Brazil’s Military Police.” *Global Voices*, 30 de março. Acesso em 16 de julho de 2016. (<https://globalvoices.org/2014/03/30/brazil-claudia-silva-ferreira-dragged-killed-military-police/>).

HERINGER, Rosana. 1995. “Introduction to the Analysis of Racism and Anti-Racism in Brazil”. Pp. 203-207 in *Racism and Anti-Racism in World Perspective*, edited by Benjamin P. Bower. London, New Delhi: Sage Publications.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2012. Censo Demográfico 2010 - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro. Retrieved December 11, 2015 (http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf).

JOCENIR. 2001. *Diário de um Detento*. São Paulo, Labortexto Editorial.

JOHNSON, Kevin. 2014. “Police Killings Highest in Two Decades.” *USA Today*, November 11. Retrieved July 16, 2016 (<http://www.usatoday.com/story/news/nation/2014/11/11/police-killings-hundreds/18818663/>).

KASINITZ, Philip. 1992. *Caribbean New York: Black Immigrants and the Politics of Race*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

MISSE, Michel. 2011. *Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)*. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Abdias do. 1980. “Quilombolismo: An Afro-Brazilian Political Alternative”. *Journal of Black Studies* –

Afro-Brazilian Experience and Proposals for Social Change. 11(2):141-178.

NASCIMENTO, Abdias do. 1989. *Brazil, mixture or massacre? Essays on genocide of a black people*. Dover, MA: Majority Press.

NERI, Priscila. 2015. "Dispatch from Brazil: if Killed by Police Guilty by Default Unless there is a video". Witness Media Lab, September, 2015. Acessado em Julho, 2016 (<https://lab.witness.org/dispatch-from-brazil-if-killed-by-police-guilty-by-default-unless-theres-video/>).

PINHEIRO, Paulo Sergio. 1997. "Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias." *Tempo Social* 9(1):43-52. [dx.doi.org/10.1590/S0103-20701997000100003](https://doi.org/10.1590/S0103-20701997000100003)

RIO CONSCIENTE. 2015. "Jovem que Foi Morto Pela Polícia no Palmeirinha Gravou a Própria Morte." YouTube Web site. Retrieved July 16, 2016. (<https://www.youtube.com/watch?v=Mm5E0zuZemE>).

SKIDMORE, Thomas E. 1992. "EUA bi-racial vs. Brasil multirracial: o contraste ainda é válido?" *Novos Estudos* 34:49-62.

SKIDMORE, Thomas E. 2003. "Racial Mixture and Affirmative Action: the cases of Brazil and United States." *American Historical Review* 108(5):1391-1396.

TELLES, Edward. 2004. *Race in another America. The significance of skin color in Brazil*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.

THINK OLGA. 2014. "100 Vezes Claudia." Retrieved July 16, 2016 (<http://thinkolga.com/2014/03/19/100-vezes-claudia/>).

TWINE, France Winddance. 2000. *Racism in a Racial Democracy*. New York, Rutgers University Press.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. *Statement by Zeid Ra'ad Al Hussein, United Nations High Commissioner for Human Rights, to the Human Rights Council's 31st session*. Human Rights Council, 31st Session. Retrieved April 14, 2016 (<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=17200&LangID=E#sthash.njSGwNmL.dpuf>).

U.S. CENSUS BUREAU. 2011. *The Black Population: 2010 – 2010 Census Briefs*. September. Washington, DC: Economics and Statistics Administration. Retrieved January 26, 2016 (<http://www.census.gov/prod/cen2010/briefs/c2010br-06.pdf>).

VARGAS, João H. Costa, and Jaime Amparo Alves. 2010. "Geographies of death: an intersectional analysis of police lethality and the racialized regimes of citizenship in São Paulo." *Ethnic and Racial Studies* 33(4):611-636.

VARGAS, João H. Costa. 2011. "The Black Diaspora as Genocide. Brazil and the United States – a Supranational Geography of Death and Its Alternatives." In *State of White Supremacy. Racism, Governance, and the United States*, edited by Moon-Kie Jung, João H. Costa Vargas and Eduardo Bonilla-Silva, 243-270. California: Stanford University Press.

VIEIRA, Rosângela M. 1995. "Black Resistance in Brazil: a Matter of Necessity." Pp. 227-240 in *Racism and Anti-Racism in World Perspective*, edited by Benjamin P. Bower. London, New Delhi: Sage Publications.

VIGNA, Anne. 2014. "Violência legalizada." *Pública - Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo*, December 18. Retrieved July 13, 2016 (<http://apublica.org/2014/12/violencia-legalizada/>).

VINER, Katharine, Lee Glendinning and Matt Sullivan. "The Counted. People Killed by Police in the US". 2015. *The Guardian*. Retrieved July 16, 2016 (<http://www.theguardian.com/us-news/ng-interactive/2015/jun/01/the-counted-police-killings-us-database>).

WAGLEY, Charles. 1971. *Introduction to Brazil*. New York: Columbia University Press.

WASELFISZ, Julio Jacobo. 2012. *Mapa da Violência 2012. A cor dos homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR.

WASELFISZ, Julio Jacobo. 2013. *Homicídios e Juventude no Brasil. Mapa da Violência 2013*. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República.

WASELFISZ, Julio Jacobo. 2014. *Mapa da Violência 2014. Os jovens do Brasil*. Brasília: FLACSO.

WHO - World Health Organization. 2015. Violence prevention. Retrieved April 9, 2015 (http://gamapserv.who.int/gho/interactive_charts/violence_prevention/homicides/atlas.html).

YOUSSEF, Alê. 2014. "O Haiti de Gil e Caetano nunca sai de nossas cabeças." *Trip Magazine*, April 11. São Paulo. Retrieved July 13, 2016. (<http://revistatrip.uol.com.br/trip/retrato-de-um-pais-doente>).

Zeni, Bruno. "O negro drama do rap: entre a lei do cão e a lei da selva". *Estudos Avançados* 18 (50), 2004.

Palavras-chave:

Movimentos anti-racismo; Brutalidade policial; Brasil e Estados Unidos; Imagens de violência.

Resumo O artigo aborda os movimentos contra a violência policial no Brasil e suas conexões com o movimento Black Lives Matter, que ganha força nos Estados Unidos, entre 2013 e 2016, instigado por uma série de vídeos mostrando flagrantes de abusos cometidos por policiais, gerando um debate internacional sobre racismo institucional. A autora toma por base entrevistas com ativistas brasileiros em Nova York e no Rio de Janeiro, observação participante de eventos com militantes e pesquisadores dos dois países e analisa a repercussão de três casos de negros assassinados no Brasil (Amarildo, Claudia e Alan), no mesmo período em que crescia a circulação dos vídeos mostrando brutalidades cometidas pela polícia contra afrodescendentes nos Estados Unidos. Analisa o contexto que possibilita a amplificação do que a autora chama de “linguagem de raça” na luta contra a violência policial no Brasil, e enfoca o processo de construção da negritude como questão política a partir das favelas cariocas, na segunda década do século XXI.

Keywords

anti-racism movements; police brutality; Brazil and United States; images of violence.

ABSTRACT: This article focuses on movements against police brutality in Brazil and their connections with the Black Lives Matter movement in the United States, which gained momentum from 2013 to 2016 motivated by videos that exposed police abuse, and sparked a global debate about institutional racism. It analyzes the repercussion of the killings of three black Brazilians by Police officers – Amarildo, Claudia and Alan –, which occurred at the same time the first videos were released in the United States, exposing the brutal treatment of African Americans by the police. Drawing on interviews with Brazilian activists and participant observation of events organized by activists and researchers in New York City and Rio de Janeiro, the author argues that such context enabled the amplification of a ‘language of race’ in the struggles against police brutality in Brazil, and thus contributes to the construction of blackness as a political issue in the favelas of Rio de Janeiro during the second decade of the 21st century.

Recebido para publicação em novembro/2016

Aceito para publicação em janeiro/2017